



MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 17/2015

Da reunião pública Ordinária da Câmara Municipal de Alcoutim

Realizada em 14 de outubro de 2015

----- Aos catorze dias do mês de outubro de dois mil e quinze, nesta Vila de Alcoutim, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se, em reunião pública ordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Paulo Paulino, José Pereira, Dalila Barros e José Galrito, Vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -----

----- ABERTURA DA REUNIÃO: -----

----- O vice-presidente Paulo Paulino informou os membros presentes da não comparência do sr. presidente na reunião, dado que, o mesmo se encontra em Lille/França, a convite da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR), no âmbito do programa CAPACITAR. -----

----- **JUSTIFICAÇÃO DA FALTA:** A Câmara considerou justificada a falta do Senhor presidente, nos termos da alínea c) do artigo 39.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Verificando-se a presença da maioria dos membros da Câmara, o Senhor vice-presidente declarou aberta a reunião pelas onze horas, tendo a Câmara passado a ocupar-se do seguinte: -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** O vereador José Pereira

interveio para mencionar que devido à não entrega dos documentos solicitados nas reuniões anteriores, nomeadamente resumo diário de tesouraria, listagem de protocolos/acordos/subsídios e relatório de obras, apresenta o seguinte protesto, que se passa a transcrever: “2.º Protesto/Recusa de Informação: José Carlos da Palma Pereira e Dalila Manuela da Costa Barros, vereadores eleitos para a Câmara Municipal de Alcoutim, pelas listas do Partido Social Democrata, vem apresentar protesto junto de V/ Ex^a., pela não entrega dos documentos solicitados através de requerimento, apresentado em reunião de Câmara de 08 de julho de 2015. Considerando que fazemos parte do executivo municipal para o qual fomos eleitos; Considerando, que na reunião de Câmara de 22 de julho, confrontamos o senhor presidente, com a não entrega dos documentos requeridos, e mais uma vez com o incumprimento do regimento da Câmara Municipal e com a Lei n.º 24/98 de 26 de maio; Considerando que no dia 22 de julho, pelas 17h59, foi-nos solicitado através de mail que deveríamos concretizar e especificar as datas e assuntos que pretendíamos ser informados; Considerando que face às dúvidas do senhor presidente, informamos em reunião de Câmara de 09 de setembro, sobre os assuntos que realmente queríamos ser informados e os respetivos documentos; Considerando que na passada reunião do dia 23/09/2015 apresentamos protesto pela não entrega dos mesmos; Considerando que até hoje, dia 14/10/2015, o senhor presidente não nos prestou a informação e não nos forneceu os documentos solicitados; Considerando que mais uma vez o senhor presidente da Câmara não faz cumprir o Estatuto do Direito de Oposição aprovado pela Lei n.º 24/98 de 26 de maio, que confere aos titulares do direito de oposição nas autarquias locais: o direito de serem informados regular e diretamente pelos correspondentes órgãos executivos sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público relacionados com a sua atividade; o direito de serem ouvidos sobre as propostas dos respetivos orçamentos e planos de atividade; o direito de se pronunciarem e intervirem, pelos meios constitucionais e legais, sobre quaisquer questões de interesse público relevante, bem como o direito de presença e participação em todos os atos e atividades oficiais que, pela sua natureza, o justifiquem; Considerando que não foi cumprido o estatuto acima referido, assim como o regimento da Câmara Municipal, que tal atitude é



recorrente, abusiva e intolerante, demonstra uma falta de consideração e respeito por quem foi eleito e demonstra abuso de poder por arte do senhor presidente, ao evitar e tudo fazer para não facultar documentos, apresentamos o segundo protesto”. Findou frisando que não entende como é que o assunto se “arrasta há já algum tempo”, uma vez que os vereadores da oposição “especificaram o que pretendiam” como solicitado pela jurista da Edilidade. -

----- O vice-presidente Paulo Paulino interveio para mencionar que os assuntos apresentados são do pelouro do sr. presidente, e como tal deverão aguardar uma próxima reunião. -----

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros usou da palavra para relembrar igualmente que a listagem sobre a Unidade Móvel de Saúde, “solicitada há um mês” ainda não lhe foi entregue. Continuou proferindo o seguinte discurso, que se passa a transcrever: “ Em reunião de assembleia de 25/09/2015, e mais uma vez sobre a intervenção de um membro do partido socialista, cumpre-me informar: o membro do partido socialista, suposto líder de bancada, não se encontra bem esclarecido, pois o documento lido por mim, foi redigido e assinado pelos dois vereadores da oposição, assim, deste modo, apenas posso depreender se tratar de uma ofensiva pessoal, mas, esta sempre foi a forma de conduta dos membros do partido socialista, que infelizmente nada tem que ver com partidos políticos mas, com ídolos de pessoas; Mais uma vez foram proferidas declarações difamatórias por parte de alguém que nada ou muito pouco compreende o assunto; ninguém foi subornado; Não menti em nada do que disse, o peso da culpa não existe, não existe porque não compactuo com as palavras proferidas; Não me obriguem a aceitar como verdadeiros fatos inverosímeis, inverídicos ou mesmo incompatíveis com o conteúdo do assunto inicial “estátuas/obras de arte”; Devemos ser cautelosos em pré julgamentos e sentenças; Não tenhamos a presunção que somos ou que sabemos mais que os outros; Todavia, e como foi solicitado em sede de reunião da assembleia, questiono o que é que esperam para reunir a comissão de inquérito? Alcoutim merece mais e melhor. Findou citando a seguinte frase: “ *Se quiseres pôr à prova o carácter de um homem, dá-lhe poder – Abraham Lincoln*”. -----

---- Os vereadores Paulo Paulino e José Galrito usaram da palavra para em uníssonos frisarem que não se reveem nas palavras proferidas pela sr^a.

vereadora. -----

----- O vereador José Pereira interveio para questionar se os vereadores não se reveem na posição de representantes do Partido Socialista (PS) ou no assunto das estátuas. -----

----- O vereador José Galrito interveio novamente para mencionar que não se revê na “questão pessoal de cada pessoa, na Assembleia Municipal”, dado que cada um tem a liberdade de tomar as atitudes que entender. -----

----- Os vereadores José Pereira e Dr^a. Dalila Barros intervieram para especificar que os assuntos apresentados prendem-se com “atitudes do passado”, tendo a vereadora acrescentado que a matéria/assunto proferida “não tem a ver com partidos, mas sim com ídoles de pessoas”. Findou referindo que é da opinião que o “coordenador do partido” deve opinar quando não corrobora com atitudes tomadas dos seus representantes, e como tal considera “quem cala consente”. -----

----- O vereador José Galrito usou da palavra para referir que “no PS não existe a lei da rolha, dado que cada membro exprime-se da maneira que entender, assumindo as suas responsabilidades”. -----

----- O vereador José Pereira interveio para solicitar cópia “se possível ainda hoje” do protocolo apresentado pela Administração Regional de Saúde do Algarve (ARS) à Edilidade de Alcoutim, no âmbito da transferência de competências, bem como questionar o ponto da situação da reunião entre o sr. presidente e a Segurança Social, relativamente aos infantários do concelho e no seguimento da proposta da Ação Social aprovada, na transata reunião do executivo. -----

----- O vice-presidente interveio para mencionar que facultará o documento solicitado, assim que possível, bem como frisar que tem conhecimento da realização dessa reunião, porém, não tem qualquer feedback da mesma. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **INFORMAÇÕES DIVERSAS - FINANÇAS MUNICIPAIS:** - Foi presente o resumo diário modelo T-dois da Tesouraria (n.º196) respeitante ao

dia 13 de setembro, que apresentava os seguintes resultados: -----

----- Total de Movimentos de Tesouraria - € 1.084.352,88; -----

----- Operações Orçamentais - € 786.718,32; -----

----- Operações Não Orçamentais - € 289.735,62 -----

----- O vice-presidente de seguida facultou cópia, aos vereadores opositores da informação solicitada sobre as preexistências e legalizações das Edificações, tendo ainda dado conhecimento à Câmara das seguintes aquisições: 1 (um) imóvel em Martim Longo, junto à Caixa Agrícola, e 1 (um) imóvel, com contrato promessa de compra e venda assinado, com o sr. Francisco Xavier, na Avenida Duarte Pacheco n.º 5 e 6, em Alcoutim. -----

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros usou da palavra para solicitar cópia integral do processo/documentos, referente à aquisição do imóvel em Alcoutim, tendo sido facultado cópia do referido processo aos vereadores opositores. -----

----- O vereador José Pereira interveio para questionar qual a data de início do processo de aquisição do imóvel (Alcoutim), bem como o prazo para dar conhecimento à Câmara Municipal. -----

----- O Chefe de Divisão, Dr. José Pires interveio para esclarecer que o artigo 34.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro não menciona prazos, no que concerne às competências delegadas no presidente da Câmara, e que a Câmara Municipal ao tomar conhecimento poderá ou não aceitar a decisão do presidente conforme previsto, no n.º 3 do referido artigo, tendo o vice-presidente Paulo Paulino acrescentado que o ato de aquisição do contrato de promessa e venda foi celebrado, em 29 de setembro. -----

----- O vereador José Pereira interveio para sugerir novamente a averiguação do prazo, nomeadamente se o prazo conta a partir da concretização do processo (escritura) ou a partir do ato de negociação, para dar conhecimento à Câmara Municipal. -----

----- O Chefe de Divisão interveio para acrescentar que todos os processos são nulos ou anuláveis. -----

----- **APROVAÇÃO DAS ATAS DAS REUNIÕES ANTERIORES:** - O Senhor vice-presidente pôs à discussão: -----



Ata n.º 15/2015, da reunião pública ordinária realizada no dia 09 de setembro de 2015, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes na mesma reunião. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade aprovar a referida Ata. -----

Ata n.º 16/2015, da reunião pública ordinária realizada no dia 23 de setembro de 2015, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes na mesma reunião. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com dois votos contra dos srs. vereadores José Pereira e Dr^a. Dalila Barros aprovar a referida Ata. -----

A Ata foi aprovada com o voto de qualidade do vice- presidente, uma vez que a mesma teve 2 (dois) votos favoráveis e 2 (dois) votos contra. -----

----- Os vereadores José Pereira e Dr^a. Dalila Barros apresentaram a seguinte declaração de voto: “1.º Considerando que uma Ata deverá relatar de forma resumida os assuntos e as intervenções explanadas; 2.º considerando que a Ata da reunião de 23/09/2015 omite a referência, necessariamente resumida e não estão explanados factos importantes nas intervenções dos vereadores José Carlos Pereira e Dalila Barros; 3.º Considerando que as intervenções em causa são de extrema importância para o esclarecimento dos factos ocorridos; 4.º Considerando que tem sido recorrente as Atas omitirem factos apresentados pelos vereadores do PSD e beneficiam sempre o explanado pelo executivo permanente; 5.º Considerando que esta Ata omite factos importantes, nomeadamente nos assuntos: Documentos solicitados e em falta, pareceres da ANMP e CMA-DOPGU, Transferência de alunos da escola de Alcoutim para a escola de Martim Longo, Cabimentação da obra 2.ª fase da avenida de Martim Longo, o texto apresentado na Ata não esclarece que o sr, vereador Paulo Paulino e o sr. Chefe de Divisão Administrativa e Financeira assumiram que a informação prestada por estes não correspondia à verdade, proposta Ação Social Escolar não estão refletidos os valores nem a argumentação apresentados pelos vereadores José Carlos Pereira e Dalila Barros que comprovam que a proposta inicial apresentada pelo sr. presidente prejudicava os infantários e as famílias, votamos contra”. -----



----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros interveio para acrescentar que deverá ser feita uma retificação na página 6, 2.º parágrafo (linha 4), onde se lê “pais apenas mês depois”, deverá ler-se “pais apenas um mês depois”, bem como a nível de assentos. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para alertar igualmente que deve ocorrer uma retificação na sua intervenção, na página 6, parágrafo 3, onde diz “ chamando a si a responsabilidade do não encerramento da Escola de Alcoutim”, uma vez que o mesmo apresentou o assunto a “título de exemplo”, mencionando sempre o anterior executivo. -----

----- **CONTRATO DE EMPREITADA “REMODELAÇÃO DO ANTIGO EDIFÍCIO DAS FINANÇAS DE ALCOUTIM” – RETIFICAÇÃO DE DELIBERAÇÃO:** Foi presente uma informação do Serviço de Obras Municipais (SOM), da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos, a qual fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, referente à empreitada em epígrafe. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a restituição à firma Jobipiso – Construção Civil e Obras Públicas, LDA, a importância de € 24.623,95 (vinte e quatro mil seiscientos e vinte e três euros e noventa e cinco cêntimos) – valor referente ao 1.º e 2.º: € 19.699,16 + valor referente ao 3.º ano: € 4.924,79 = € 24.623,95. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **EMPREITADA DE RECONSTRUÇÃO DE AÇUDES JUNTO ÀS POVOAÇÕES DE GALACHOS E VÁRZEA – LIBERTAÇÃO PARCIAL DE GARANTIA BANCÁRIA:** Foi presente uma informação do Serviço de Obras Municipais (SOM), da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos, a qual fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, referente à empreitada em epígrafe. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, solicitar ao Banco Comercial Português, S.A, que seja libertado da garantia bancária n.º 125-02-1652356 a importância de € 3.698,53 (três mil seiscentos e noventa e oito euros e cinquenta e três cêntimos), ficando remanescente o valor € 4.931,37 (quatro mil novecentos e trinta e um euros e trinta e sete cêntimos). -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **EMPREITADA DE RECONSTRUÇÃO DE AÇUDES JUNTO ÀS POVOAÇÕES DE GALACHOS E VÁRZEA – LIBERTAÇÃO PARCIAL DE CAUÇÃO:** Foi presente uma informação do Serviço de Obras Municipais (SOM), da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos, a qual fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, referente à empreitada em epígrafe. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a restituição à firma RVIAS Obras Públicas, ACE, a importância de € 5.121,86 (cinco mil cento e vinte e um euros e oitenta e seis cêntimos), ficando o remanescente o valor de € 6.829,15 (seis mil oitocentos e vinte e nove euros e quinze cêntimos). -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **EMPREITADA DE REDE DE ABASTECIMENTO E SANEAMENTO DE SANTA JUSTA – CANCELAMENTO DE GARANTIAS BANCÁRIAS:** Foi presente uma informação do Serviço de Obras Municipais (SOM), da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos, a qual fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, referente à empreitada em epígrafe. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, solicitar ao Banco BPI, SA, que seja cancelada da garantia bancária n.º 06/226/40092 a importância de € 17.039,98 (dezassete mil e trinta e nove euros e noventa e oito cêntimos), bem como solicitar ao Banco Comercial Português, S.A que seja cancelada da garantia bancária n.º 125-02-1436563 a importância de € 17.800,00 (dezassete mil e oitocentos euros). -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **PROTOCOLO DE PARCERIA ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM, ENTRAJUDA – ASSOCIAÇÃO PARA O APOIO A INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL E ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL, CULTURA, DESPORTO E ARTES DOS BALURCOS:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o protocolo de parceria entre o Município de Alcoutim, a ENTRAJUDA – Associação de Solidariedade para o Apoio a Instituições de Solidariedade Social e Associação de Solidariedade Social, Cultura, Desporto e Artes dos Balurcos. -----

----- A vereadora Drª. Dalila Barros interveio para questionar qual a razão de o protocolo em discussão, ser contratualizado apenas, com a Associação de Solidariedade Social, Cultura, Desporto e Artes dos Balurcos e não com outras instituições do concelho, uma vez que no n.º 4 da cláusula 1.º (objeto) do protocolo menciona que “é possível a participação de outras instituições e entidades, de acordo com o termo de adesão ao presente protocolo”, e pelo facto do mesmo ter sido remetido à Edilidade para conhecimento em 04 de junho. Findou referindo que é da opinião que existiu tempo suficiente para que outras instituições aderissem a este protocolo. -----

----- O vice-presidente Paulo Paulino usou da palavra para explicar que o assunto em questão é do pelouro do sr. presidente, e que apenas tem

conhecimento que foi solicitado à Câmara Municipal a apresentação de um parceiro. Quanto à nomeação da Associação de Solidariedade Social, Cultura, Desporto e Artes dos Balurcos e não de outra Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), não poderá adiantar pormenores, tendo a vereadora solicitado de seguida cópia do documento, que informa da nomeação “de um só parceiro”. -----

----- O vereador José Pereira interveio para questionar se o executivo permanente pondera ou não a hipótese de contratualizar o protocolo com outras instituições, dado à dimensão do concelho e povoações dispersas, tendo sugerido de seguida que se fizessem protocolos nesta área ou a outros níveis, com IPSS nas sedes de freguesia, de modo a facilitar o processo, e como tal é da opinião que o ponto deveria se retirado, para retificação/alteração. -----

----- O vereador José Galrito interveio para sugerir a aprovação do documento em discussão, e posteriormente a contratualização com outras IPSS.-----

----- O vice-presidente interveio para suspender o ponto, dado que solicitou a colaboração da técnica responsável da Ação Social, Dr^a. Josélia Palma para prestar esclarecimentos adicionais. -----

----- Após a discussão e votação do ponto oito, o assunto em questão foi retomado, tendo o vice-presidente usado da palavra para apresentar as dúvidas apresentadas pelos opositores, tendo a técnica Dr^a. Josélia Palma prestado os devidos esclarecimentos. -----

----- O vereador José Pereira interveio para questionar se é a Associação de Solidariedade Social, Cultura, Desporto e Artes dos Balurcos que faz a gestão dos bens, e quem faz a distribuição dos mesmos pelas famílias referenciadas. Finalizou mencionando que é da opinião se houvesse mais instituições a aderir a este protocolo, seria mais fácil o processo. -----

----- O vice-presidente usou da palavra para informar que o serviço de Ação Social tem conhecimento dos bens existentes, dado que existe uma parceria com a IPSS, e que a distribuição passará sempre pela Autarquia, e por esse facto considera que não é impeditivo a aprovação do protocolo em questão, porque posteriormente poderão ser analisadas futuras adesões. -----

----- O vereador José Pereira interveio para sugerir a consulta a outras

IPSS no concelho, caso haja interesse das mesmas, para a gestão dos bens, dado que a distribuição e referência de famílias julga que será da competência da Autarquia. -----

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros usou da palavra para mencionar que compreende a explicação facultada pela técnica, porém, por existirem realidades diferentes de concelho para concelho, considera que a atuação em termos de Ação Social deverá incidir na adesão de várias IPSS. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com 2 (duas) abstenções dos srs vereadores José Pereira e Dr^a. Dalila Barros, aprovar a referida proposta. -----

A vereadora Dr^a. Dalila Barros apresentou a seguinte declaração de voto: “Abstenho-me porque não concordo, que o protocolo seja contratualizado só com uma instituição do concelho”. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **PROPOSTA DE REGULAMENTO DE EDIFICAÇÕES PREEXISTENTES E LEGALIZAÇÕES:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo do disposto no artigo 3.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, na sua recente alteração (Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09 de setembro) aprovar a proposta de Regulamento de Edificações Preexistentes e Legalizações, nos termos e com os fundamentos constantes no Relatório de Fundamentação, bem como submeter a proposta de Regulamento de Edificações Preexistentes e Legalizações a discussão pública, pelo prazo de 30 dias, nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação na sua recente alteração (Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09 de setembro). -----

----- O vice-presidente interveio para fazer uma pequena explicação do assunto, tendo de seguida o vereador José Pereira usado da palavra para mencionar que os vereadores da oposição encontram-se de acordo com a



medida, porém, considera que existe um “problema de legalidade com a mesma”, e foi nesse sentido que solicitou os documentos agora distribuídos. Continuou referindo, no âmbito dos pareceres desfavoráveis emitidos anteriormente pela Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP) e DOPGU, que os vereadores da oposição são da opinião que a Edilidade deveria solicitar um novo parecer, no que concerne à proposta agora apresentada de modo a salvaguardar o executivo quanto à sua legalidade, dado que tem conhecimento da perda de mandato de presidentes de Câmara, devido a situações dessa natureza (edificações/construções). -----

----- O vice-presidente interveio novamente para propor a aprovação da proposta apresentada, e na fase da discussão pública “solicitava-se” o parecer à ANMP. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para referir que não corrobora com o proposto, uma vez que “estamos a falar de 15 a 20 dias de espera”. Findou referindo que não entende a “urgência” da aprovação do documento, e que é da opinião que para justificar uma proposta, a mesma deverá ser baseada em vários pareceres. -----

----- O vice-presidente Paulo Paulino interveio para frisar que o assunto em questão terá que ser submetido à aprovação da Assembleia Municipal, e nesse sentido “ganhar-se-ia se” tempo com a aprovação hoje do documento. Solicitou de seguida a colaboração do Chefe de Divisão, Eng.º Henrique Hou, tendo o mesmo prestado de seguida os devidos esclarecimentos. -----

----- O vereador José Pereira interveio para agradecer os esclarecimentos facultados, porém, continua com dúvidas. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com 2 (duas) abstenções dos srs. vereadores José Pereira e Dr^a. Dalila Barros, aprovar a referida proposta, bem como solicitar pedido de parecer à ANMP. -----



Os vereadores José Pereira e Dr^a. Dalila Barros apresentaram a seguinte declaração de voto: “ Em 29/07/2015 recebemos notificação por correio eletrónico, para nos pronunciarmos sobre proposta de projeto de regulamento de edificações preexistentes e legalizações. Não havendo reuniões de câmara no decorrer do mês de agosto, solicitamos ao sr. presidente, na primeira

reunião de setembro, dia 09/09/2015 parecer e informação da ANMP, emitido em 28/12/2012 e da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística para podermos analisar a referida proposta, e podermos pronunciar-nos e votar em consciência. Passados 36 dias, os documentos solicitados ainda não nos foram entregues, ficando demonstrado o incumprimento da legislação em vigor e a atitude pouco democrática e até deselegante do sr. presidente para com os vereadores da oposição. Considerando que a RJUE foi alterada através do Decreto-Lei n.º 136/2014 e propusemos que fosse solicitado parecer à ANMP, para averiguar a veracidade da proposta; Considerando que os documentos solicitados são imprescindíveis para a análise da proposta; Considerando que concordamos com a medida, uma vez que a mesma poderá vir a facilitar as legalizações das edificações, mas a falta do cumprimento na entrega dos documentos solicitados e da falta do novo parecer proposto, não nos permitem fazer uma análise da legalidade da proposta, abstemo-nos”. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não se realizaram intervenções. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor vice-presidente foi encerrada a reunião, pelas doze horas e vinte e quatro minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo senhor vice-presidente e por mim, José Domingos Teixeira Pires, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Cultura e Desporto, em regime de substituição, da Câmara Municipal de Alcoutim, que a redigi, e mandei lavrar. -----


O Presidente


O Secretário
